

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATHALIA CRISTINA MENDES DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ASPECTOS E SEUS INDICADORES
COMPARATIVOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

DOURADOS/MS
2024

NATHALIA CRISTINA MENDES DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ASPECTOS E SEUS INDICADORES
COMPARATIVOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Alexandre de Souza Corrêa

Banca Examinadora:

Professor Dr. Enrique Duarte Romero
Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho

Dourados/MS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237d Santos, Nathalia Cristina Mendes Dos

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE OS ASPECTOS E SEUS INDICADORES COMPARATIVOS DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Nathalia Cristina Mendes Dos Santos. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre de Souza Corrêa.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desenvolvimento regional. 2. Desigualdades socioeconômicas. 3. Sustentabilidade. 4.
Políticas públicas. 5. Inclusão social. I. Corrêa, Alexandre De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ASPECTOS E SEUS INDICADORES COMPARATIVOS EM MATO GRASSO DO SUL

NATHALIA CRISTINA MENDES DOS SANTOS

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dr Alexandre de Souza Corrêa

Dr Enrique Duarte Romero

Dr Leandro Vinícios Carvalho

RESUMO

O desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul apresenta desafios devido às desigualdades socioeconômicas e à diversidade territorial que caracterizam o estado. Este estudo busca entender o contexto do desenvolvimento humano e regional em Mato Grosso do Sul, analisando os indicadores socioeconômicos, as políticas públicas e propondo estratégias de desenvolvimento sustentável e inclusivo. O objetivo principal é avaliar como as políticas e indicadores influenciam o desenvolvimento regional, considerando as especificidades locais e as lacunas que ainda persistem. A pesquisa adota o método de revisão bibliográfica, reunindo e analisando teorias e estudos anteriores sobre desenvolvimento regional, com foco nas teorias de causação circular e de crescimento endógeno, além da aplicação de indicadores como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os resultados apontam que as políticas públicas em Mato Grosso do Sul, embora apresentem avanços, ainda não atendem de forma equitativa os municípios menos desenvolvidos, evidenciando a necessidade de adaptação e descentralização de recursos. A análise também destaca estratégias que integram capacitação profissional, empreendedorismo local e sustentabilidade como meios de reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento inclusivo. Conclui-se que é essencial promover um desenvolvimento regional equilibrado em Mato Grosso do Sul por meio de políticas adaptadas às necessidades locais, que priorizem a inclusão social e a preservação ambiental. A implementação de tais estratégias pode contribuir para um futuro mais equitativo e sustentável no estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Desigualdades socioeconômicas; Sustentabilidade; Políticas públicas; Inclusão social.

ABSTRACT

Regional development in Mato Grosso do Sul faces significant challenges due to socioeconomic inequalities and the state's territorial diversity. This study seeks to understand the context of human and regional development in Mato Grosso do Sul by analyzing socioeconomic indicators, evaluating the impact of public policies, and proposing sustainable and inclusive development strategies. The main objective is to assess how policies and indicators influence regional development, taking into account local specificities and persistent gaps. The research uses a bibliographic review method, gathering and analyzing prior theories and studies on regional development, focusing on theories of cumulative causation and endogenous growth, as well as the application of indicators such as the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) and the Human Development Index (HDI). The results indicate that while public policies in Mato Grosso do Sul show some progress, they still fail to equitably address the needs of less developed municipalities, highlighting the need for resource decentralization and adaptation. The analysis also emphasizes strategies integrating professional training, local entrepreneurship, and sustainability as ways to reduce inequalities and promote inclusive development. In conclusion, achieving balanced regional development in Mato Grosso do Sul requires policies tailored to local needs, prioritizing social inclusion and environmental preservation. Implementing these strategies could contribute to a more equitable and sustainable future for the state.

Keywords: Regional development; Socioeconomic inequalities; Sustainability; Public policies; Social inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Objetivos	9
1.2	Justificativa.....	10
2	REVISÃO TEÓRICA	12
2.1	Teorias de desenvolvimento regional: causação circular e crescimento endógeno	12
2.2	Indicadores de Desenvolvimento: IFDM e outras métricas socioeconômicas.....	14
2.3	Desafios e estratégias para o Desenvolvimento Regional em Mato Grosso do Sul.....	16
3	METODOLOGIA	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
4.1	Avaliação dos indicadores socioeconômicos de Mato Grosso do Sul	22
4.2	Investimentos públicos para o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul.....	24
4.3	Propostas de estratégias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é um campo de estudo que busca compreender como diferentes regiões podem se desenvolver de forma equilibrada e sustentável, levando em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais. Esse conceito é visto como flexível e adaptável às necessidades locais e regionais. O desenvolvimento regional é um conceito flexível que pode se adequar às especificidades locais (Corrêa; Silveira; Kist, 2019). Dessa forma, o objetivo do desenvolvimento regional é buscar alternativas para reduzir as desigualdades regionais, possibilitando que todas as áreas de um país possam se beneficiar de políticas públicas direcionadas.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento regional é especialmente importante devido à diversidade e amplitude territorial, o que implica em diferentes necessidades e realidades socioeconômicas. De acordo com Theis (2020), o desenvolvimento regional é uma estratégia essencial para a redução de desigualdades socioeconômicas, uma vez que permite uma distribuição mais justa dos recursos e estimula a criação de oportunidades de emprego e renda em locais menos desenvolvidos. Esse conceito abrange não só a economia, mas também fatores culturais, ambientais e sociais que influenciam diretamente o crescimento e o bem-estar das populações.

Com o tempo, o conceito de desenvolvimento regional evoluiu, dando lugar a abordagens mais integradas e territoriais. Conforme Joyal (2019) essa mudança permitiu maior integração entre políticas públicas e o desenvolvimento econômico. Dessa forma, o desenvolvimento regional deixou de ser visto apenas como um processo econômico, abrangendo também aspectos territoriais e sociais, com foco na sustentabilidade e no bem-estar da população local. Essa abordagem territorializada é especialmente relevante em países com grande extensão territorial, como é o caso do Brasil, que possui regiões com realidades muito distintas e que exigem políticas adaptadas às suas necessidades.

No caso do estado de Mato Grosso do Sul, este apresenta particularidades que influenciam diretamente em seu desenvolvimento regional. Segundo Missio e Rivas (2019) a formação econômica histórica impacta diretamente o desenvolvimento atual, destacando-se como um estado que enfrenta desafios específicos devido às suas características geográficas e socioeconômicas. Esse estado é marcado por uma economia diversificada, com ênfase nas atividades agropecuárias e agroindustriais, possuindo renda per capita familiar de R\$2.030 (IBGE, 2023) e uma população com grande diversidade cultural, sendo 4,22% da população indígena (IBGE, 2022), o que demanda políticas de desenvolvimento adaptadas às suas

necessidades locais.

No entanto, além dos aspectos econômicos, é importante considerar também as questões de saúde e bem-estar social como indicadores de desenvolvimento. A melhoria nesses indicadores é fundamental para o desenvolvimento humano e regional, pois reflete o nível de qualidade de vida da população e a eficiência das políticas públicas implementadas (Silva, 2020).

Portanto, a compreensão do desenvolvimento regional e humano no contexto de Mato Grosso do Sul exige uma análise multifacetada que leve em consideração tanto as teorias clássicas quanto as abordagens contemporâneas e também as que contemplem o quesito da sustentabilidade. As políticas de desenvolvimento precisam ser adaptadas às necessidades específicas da região, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais. Dessa forma, será possível promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, que beneficie todas as regiões e contribua para a redução das desigualdades no estado e conseqüentemente país.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores socioeconômicos IFDM, IDH e outras métricas socioeconômicas, entre 2010 e 2018, assim como as políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul, visando compreender como esses elementos podem contribuir para a redução das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida da população.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar os principais indicadores socioeconômicos do estado, como IFDM e IDH, entre 2010 e 2018, identificando disparidades regionais e áreas prioritárias para desenvolvimento.
- Investigar o impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional implementadas em Mato Grosso do Sul, entre 2010 e 2018, com foco nos aspectos de inclusão social e sustentabilidade.
- Propor estratégias e recomendações para a adaptação das políticas de desenvolvimento regional, considerando as especificidades socioeconômicas e culturais do estado.

1.2 Justificativa

O desenvolvimento regional e humano em Mato Grosso do Sul enfrenta desafios específicos ligados às disparidades socioeconômicas e à distribuição desigual de recursos e oportunidades. A complexidade do estado, marcada pela diversidade cultural e pela vasta extensão territorial, demanda políticas públicas que atendam às necessidades locais e promovam um crescimento sustentável e inclusivo. Neste contexto, a problemática central é: Como os indicadores socioeconômicos e as políticas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul podem contribuir para reduzir as desigualdades regionais do estado? Esse questionamento orienta a análise dos indicadores e de algumas políticas públicas, buscando alternativas que promovam um desenvolvimento equilibrado.

Mato Grosso do Sul possui características singulares que influenciam diretamente o seu desenvolvimento. A economia local é diversificada e abrange setores importantes como a agricultura, a pecuária e a indústria de base. No entanto, essas atividades nem sempre resultam em um desenvolvimento humano equitativo, uma vez que o crescimento econômico nem sempre é acompanhado pela melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Segundo Corrêa, Silveira e Kist (2019), o desenvolvimento regional deve considerar as particularidades de cada localidade para que suas políticas possam atender às necessidades específicas de cada região. Nesse sentido, analisar como os indicadores socioeconômicos e as políticas de desenvolvimento podem ser ajustados para reduzir desigualdades e promover a qualidade de vida é um tema relevante e atual para o estado.

A relevância deste estudo também está em contribuir para o campo de pesquisa acadêmica, especialmente para o debate sobre desenvolvimento regional e humano. Este trabalho visa agregar informações sobre o impacto de políticas públicas, analisando como ações governamentais podem influenciar os indicadores socioeconômicos e melhorar a realidade de populações em áreas menos desenvolvidas do estado. Como ressaltam Pereira e Da Cruz (2019), os indicadores de saúde, educação e renda são fundamentais para entender as condições de vida da população e direcionar políticas públicas. Logo, ao entender essas dinâmicas, espera-se que os resultados deste estudo possam oferecer recomendações práticas que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes em Mato Grosso do Sul.

Outro aspecto importante da justificativa está no fato de que o estudo de desenvolvimento regional e humano em Mato Grosso do Sul poderá oferecer material de análise para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas. A partir da análise dos indicadores e da comparação de diferentes regiões dentro do estado, será possível identificar

quais áreas têm maiores necessidades e como as políticas implementadas têm impactado as condições socioeconômicas locais. Segundo Theis (2020) o desenvolvimento regional deve ser pensado a partir de uma visão ampla, que inclua tanto os fatores econômicos quanto os sociais e ambientais. Esta visão integrada contribui para o entendimento das necessidades reais da população, oferecendo uma base de informações mais rica para o planejamento de políticas públicas.

Além disso, a escolha de Mato Grosso do Sul como área de estudo justifica-se pela relevância estratégica do estado para a economia nacional, principalmente devido à sua posição geográfica e à importância das atividades econômicas voltadas para exportação. Esse contexto torna ainda mais urgente a necessidade de políticas de desenvolvimento que considerem as especificidades locais e que sejam capazes de promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos.

Portanto, este estudo se justifica pela necessidade de compreender melhor as dinâmicas socioeconômicas de Mato Grosso do Sul e de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas que promovam um desenvolvimento humano e regional mais inclusivo e sustentável. A análise de indicadores socioeconômicos, combinada com a avaliação das políticas públicas implementadas, permitirá identificar tanto os avanços quanto as limitações das estratégias adotadas no estado. Dessa forma, espera-se que os resultados obtidos possam não apenas orientar os gestores locais, mas também servir de base para a formulação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais e para a melhoria da qualidade de vida da população sul-mato-grossense.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Teorias de desenvolvimento regional: causação circular e crescimento endógeno

O desenvolvimento regional é um campo de estudo que visa compreender as disparidades socioeconômicas entre diferentes regiões e identificar formas de promover um crescimento mais equilibrado. As teorias de causação circular e cumulativa e de crescimento endógeno oferecem explicações fundamentais sobre como as desigualdades regionais se formam e persistem ao longo do tempo.

No caso da teoria da causação circular, proposta por Myrdal¹, o efeito de atração de investimentos para regiões já desenvolvidas gera uma concentração de oportunidades e recursos, criando um círculo virtuoso de crescimento, que, ao mesmo tempo fortalece o desenvolvimento nesses centros e priva o progresso nas áreas menos desenvolvidas, o que perpetua o ciclo de desigualdade. Assim, o desenvolvimento econômico nas regiões centrais acaba por ampliar as desigualdades regionais ao concentrar investimentos e infraestrutura, enquanto as regiões periféricas são deixadas com recursos limitados (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Esse ciclo de exclusão, denominado "círculo vicioso da pobreza", limita o potencial das regiões menos desenvolvidas, que passam a depender de políticas redistributivas para escapar desse padrão de desigualdade.

A teoria do crescimento endógeno, por sua vez, contrapõe-se às explicações baseadas em fatores externos e sugere que o desenvolvimento de uma região pode ser impulsionado a partir de dentro, principalmente por meio de investimentos em capital humano, inovação e infraestrutura local. Esse modelo enfatiza que, ao criar condições internas favoráveis, como uma educação de qualidade e apoio à inovação, uma região pode gerar crescimento econômico sem depender exclusivamente de fatores externos (Piacenti et al., 2016). Dessa forma, o crescimento endógeno se apresenta como uma alternativa sustentável para regiões menos desenvolvidas, pois promove o uso eficiente dos recursos locais e incentiva o fortalecimento das capacidades regionais.

A aplicação dessas teorias no contexto de Mato Grosso do Sul mostra que os municípios do estado ainda enfrentam dificuldades para superar o ciclo de pobreza e desigualdade. Apesar do desempenho positivo em alguns indicadores, uma parcela significativa dos municípios sul-

¹ Gunnar Myrdal (1898-1987) foi um economista sueco ganhador do prêmio Nobel, em 1974, por suas análises sobre a interrelação dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais e por sua teoria das flutuações econômicas e do dinheiro. <https://www.corecon-rj.org.br/portal/interna2.php?i=1485435306/gunnar-myrdal-1898-1987->

mato-grossenses permanece presa no círculo vicioso da pobreza (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Esse cenário evidencia que, sem políticas específicas para romper o ciclo de desigualdade, as teorias da causação circular se mantêm relevantes, pois as regiões periféricas continuam a sofrer com a falta de investimentos e oportunidades, enquanto os centros mais desenvolvidos seguem acumulando recursos.

As forças espaciais, conforme descrito, desempenham um papel importante na estruturação do desenvolvimento regional, influenciando as relações entre polos de desenvolvimento e periferias (Piacenti et al., 2016). A concentração de atividades produtivas em polos centrais gera um efeito de atração, que centraliza recursos e mão de obra, enquanto as periferias ficam relegadas a papéis secundários, muitas vezes dependentes desses centros para seu próprio desenvolvimento econômico. O desenvolvimento regional polarizado cria uma dependência entre o centro e a periferia, reforçando o ciclo de desigualdade (Piacenti et al., 2016). Esse modelo sugere que a configuração espacial de uma região influencia diretamente sua capacidade de desenvolvimento e a relação entre diferentes territórios.

A proposta do desenvolvimento endógeno busca uma alternativa para as limitações da teoria da causação circular ao enfatizar o papel das condições locais e da capacidade inovadora das regiões. Segundo os autores, o desenvolvimento endógeno depende da capacidade da região de promover inovações e de reter talentos e recursos locais, criando um ecossistema autossuficiente de crescimento (Piacenti et al., 2016). Isso implica que, ao incentivar o empreendedorismo local e a criação de infraestrutura, as regiões periféricas podem reduzir sua dependência em relação aos centros e iniciar ciclos de desenvolvimento próprios.

Dessa forma, um ponto relevante da teoria do crescimento endógeno é sua ênfase na importância do capital humano como motor do desenvolvimento regional, pois investir em educação e formação profissional permite que as regiões desenvolvam uma base de mão de obra qualificada, o que é fundamental para atrair empresas e gerar inovação (Piacenti et al., 2016). Assim, o fortalecimento do capital humano nas regiões menos desenvolvidas pode ser uma estratégia eficaz para equilibrar a longo prazo o desenvolvimento entre diferentes áreas.

Portanto, a adoção de uma abordagem de crescimento endógeno apresenta-se como uma oportunidade para reduzir as disparidades regionais e promover um desenvolvimento mais sustentável. De acordo com os autores, as políticas de incentivo à inovação e à qualificação da mão de obra local têm o potencial de romper o ciclo de pobreza e fortalecer a economia local (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Esse enfoque se mostra especialmente relevante em regiões onde os recursos são limitados, mas onde há potencial para o desenvolvimento de setores específicos que possam sustentar o crescimento econômico no longo prazo.

As teorias de causação circular e cumulativa e de crescimento endógeno oferecem um panorama complementar para o entendimento do desenvolvimento regional. Enquanto a causação circular destaca os desafios que as regiões periféricas enfrentam devido à concentração de recursos nos centros, o crescimento endógeno apresenta uma alternativa de fortalecimento interno e autossustentável. Essas teorias, aplicadas em conjunto, permitem compreender melhor as dinâmicas regionais e propor políticas mais eficazes para promover um desenvolvimento equilibrado (Piacenti et al., 2016). Em última análise, a combinação de ambas as abordagens pode ser a chave para resolver os problemas de desigualdade regional e criar um crescimento sustentável para todos os municípios.

2.2 Indicadores de Desenvolvimento: IFDM e outras métricas socioeconômicas

A análise de indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômico é fundamental para entender as condições de vida de uma população e auxiliar na formulação de políticas públicas que visem a redução de desigualdades regionais. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um dos principais instrumentos utilizados para medir o progresso socioeconômico em nível municipal no Brasil, avaliando áreas como saúde, educação e emprego. Segundo Renzi; De Lima; Piacenti, (2021), o IFDM é uma métrica abrangente e eficaz que permite uma visão clara das desigualdades regionais ao destacar as diferenças entre municípios e auxiliar na priorização de políticas públicas. Com base no IFDM, que utiliza emprego e renda, saúde e educação como métricas para sua construção, é possível identificar quais municípios estão mais distantes de alcançar níveis adequados de desenvolvimento humano, sendo, portanto, prioritários para ações governamentais.

No contexto de Mato Grosso do Sul, o uso do IFDM revela disparidades significativas entre os municípios, especialmente em áreas rurais e de menor densidade populacional. A análise do IFDM em Mato Grosso do Sul evidencia que muitos municípios ainda apresentam índices baixos, particularmente nas dimensões de educação e saúde (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Esses dados permitem que os gestores públicos compreendam melhor as áreas de vulnerabilidade e destinem recursos para melhorias específicas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Outro indicador relevante para a análise do desenvolvimento humano é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração a renda, a educação e a expectativa de vida da população a cada censo demográfico. Embora o IDH ofereça uma visão mais global do desenvolvimento humano, ele é complementar ao IFDM, pois se concentra em fatores de

longo prazo e mede a qualidade de vida a partir de uma perspectiva mais abrangente, pois o IFDM considera dados anuais de fontes oficiais do Governo, maior parte destes – diferentemente do censo demográfico – é coletado por meio de pesquisa amostral, como por exemplo, mercado de trabalho informal, saneamento básico, entre outros

Conforme afirmam Piacenti et al. (2016), o IDH é essencial para entender as condições de vida e de desenvolvimento humano, especialmente em áreas onde a renda e a educação são fatores determinantes para o bem-estar. Ao combinar o IDH com o IFDM, os gestores têm uma visão mais completa das condições de desenvolvimento de cada região, permitindo a formulação de políticas mais precisas e contextualizadas.

A desigualdade de renda é outro fator que deve ser considerado para entender as disparidades regionais, e o índice de Gini é amplamente utilizado para medir esse aspecto e permite avaliar a concentração de renda em diferentes regiões e identificar onde as desigualdades são mais acentuadas (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Em regiões com alto índice de Gini, as políticas de desenvolvimento regional precisam focar na redistribuição de renda e na criação de oportunidades que permitam o crescimento econômico inclusivo. Logo, o índice de Gini ajuda a identificar quais municípios enfrentam maiores desafios em termos de distribuição de renda e qualidade de vida.

A saúde é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento humano e é frequentemente utilizada como indicador da qualidade de vida da população. Indicadores como mortalidade infantil, taxa de vacinação e acesso a serviços de saúde são cruciais para compreender o desenvolvimento socioeconômico e as condições de bem-estar da população. A mortalidade infantil, em particular, é um indicador importante de desenvolvimento humano, pois reflete a qualidade dos serviços de saúde e as condições de vida (Silva et al., 2020). Assim, a análise de indicadores de saúde mostra que as áreas menos desenvolvidas ainda enfrentam grandes desafios, especialmente em regiões rurais, onde o acesso a serviços médicos é limitado. Isso evidencia a necessidade de políticas de saúde específicas para melhorar os índices de desenvolvimento nessas localidades (Silva, 2020).

Outro aspecto importante é o papel da educação como indicador de desenvolvimento humano. A educação é diretamente relacionada à capacidade produtiva e ao potencial de crescimento econômico de uma região. Como observam os autores Franke et al., (2020), a educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, pois proporciona oportunidades de mobilidade social e cria uma base sólida para o desenvolvimento econômico. Em onde as disparidades educacionais são significativas entre os municípios, o investimento em educação se torna fundamental para reduzir as desigualdades e promover uma distribuição mais equitativa

das oportunidades de crescimento.

Além desses indicadores, a transparência pública e a governança local também influenciam o desenvolvimento humano e a efetividade das políticas públicas. A transparência pública é essencial para o acompanhamento das políticas públicas, permitindo que a população participe ativamente do processo de desenvolvimento (Franke et al., 2020). Assim, a transparência e a governança desempenham um papel crucial na implementação de políticas eficazes, especialmente em municípios menores, onde a população depende diretamente do poder público para acessar serviços como saúde, educação e infraestrutura básica.

O saneamento básico é outro indicador relevante para o desenvolvimento humano, especialmente em regiões vulneráveis. A falta de saneamento impacta diretamente a saúde pública e reduz a qualidade de vida, além de ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico. De acordo com De Aguiar et al. (2020), o acesso ao saneamento básico é um dos elementos mais importantes para melhorar as condições de saúde e reduzir as desigualdades regionais. Muitos municípios ainda carecem de saneamento adequado, o que agrava os problemas de saúde e limita o potencial de desenvolvimento humano.

Durante a pandemia de COVID-19, os indicadores de desenvolvimento humano mostraram-se ainda mais importantes para entender as disparidades regionais e formular políticas de resposta rápida. As regiões com índices mais baixos de desenvolvimento foram as mais afetadas pela pandemia, revelando a fragilidade de seus sistemas de saúde e a necessidade de políticas de apoio (Silva et al., 2022). Essa situação evidenciou a urgência de se investir em infraestrutura e serviços de saúde nas regiões menos desenvolvidas, uma vez que a falta de preparação agrava os efeitos das crises e compromete o desenvolvimento regional de longo prazo.

Os indicadores de desenvolvimento como IFDM, IDH, Índice de Gini e outros dados sobre saúde, educação e saneamento básico fornecem material de análise para a formulação de políticas públicas com o intuito de se reduzir as desigualdades regionais. A análise desses indicadores permite aos gestores públicos identificar as áreas prioritárias e direcionar recursos de forma eficiente, promovendo o desenvolvimento humano e o bem-estar da população (Piacenti et al., 2016). Logo, onde as disparidades entre municípios são evidentes, esses indicadores são essenciais para orientar o planejamento e a implementação de políticas de desenvolvimento que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população.

2.3 Desafios e estratégias para o Desenvolvimento Regional em Mato Grosso do Sul

O desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul apresenta desafios específicos que decorrem tanto de suas características geográficas quanto de seu contexto socioeconômico. A diversidade entre os municípios do estado, que inclui áreas urbanas e rurais, regiões de fronteira e populações indígenas, cria uma série de obstáculos para a promoção de um desenvolvimento econômico de maneira homogênea. Segundo os autores, a complexidade socioeconômica e geográfica de Mato Grosso do Sul exige estratégias específicas para atender às necessidades de cada região (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Essa realidade requer políticas públicas que sejam capazes de lidar com essas disparidades e promover um crescimento econômico mais inclusivo.

Um dos principais desafios para o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul é a distribuição desigual de infraestrutura e recursos. Enquanto as cidades mais desenvolvidas contam com serviços básicos e estruturas de apoio econômico, as regiões rurais e de menor densidade populacional permanecem carentes de investimentos. Conforme observado por Renzi, De Lima e Piacenti (2021), a falta de infraestrutura em áreas rurais limita o acesso da população a serviços essenciais, agravando as desigualdades e dificultando o desenvolvimento local. Essa desigualdade estrutural impede que as regiões menos favorecidas acompanhem o progresso das áreas mais desenvolvidas, perpetuando ciclos de pobreza e dependência econômica.

A localização geográfica e as limitações de transporte também representam grandes barreiras para o desenvolvimento em Mato Grosso do Sul, assim como para o Centro-Oeste em si, especialmente nas áreas fronteiriças e de difícil acesso. Segundo Piacenti et al. (2016), as regiões de fronteira e áreas de difícil acesso enfrentam desafios logísticos que impactam o escoamento de produtos e limitam o acesso a mercados mais amplos. A dependência de estradas para o transporte de mercadorias e a falta de investimentos em infraestrutura de transporte reduzem a competitividade das regiões rurais e contribuem para a estagnação econômica, dificultando o desenvolvimento de novos setores e para uma maior diversificação econômica.

As questões socioeconômicas e culturais também influenciam o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul, principalmente no que se refere às populações indígenas e comunidades tradicionais. A inclusão das comunidades indígenas e tradicionais, que compõem 4,22% da população do estado (IBGE, 2022), nos processos de desenvolvimento é fundamental para garantir um crescimento equilibrado e respeitar a diversidade cultural do estado (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). As políticas públicas devem considerar as especificidades culturais dessas populações, assegurando que elas tenham acesso a serviços básicos e oportunidades

econômicas sem que suas tradições e modos de vida sejam comprometidos. Essa abordagem inclusiva é essencial para que o desenvolvimento regional ocorra de maneira justa e equilibrada.

A educação também desempenha um papel central no desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul, pois a qualificação da mão de obra é fundamental para a promoção do crescimento econômico. O investimento em educação e capacitação profissional é indispensável para reduzir as desigualdades regionais e promover a inclusão social (Piacenti et al., 2016). Em muitas áreas do estado, a falta de acesso a uma educação de qualidade limita as oportunidades de emprego e a mobilidade social, perpetuando as desigualdades. Políticas que incentivem a educação e a capacitação profissional podem contribuir para o desenvolvimento humano e regional, capacitando a população local para atuar em setores produtivos e inovadores.

Outra questão relevante é a falta de acesso ao crédito e ao apoio financeiro para pequenos produtores e empreendedores, especialmente em áreas rurais. Em regiões menos desenvolvidas, o crédito é um recurso crucial para o fomento de atividades econômicas que promovam o crescimento local. A dificuldade de acesso ao crédito impede que pequenos empreendedores e agricultores invistam em suas atividades, limitando o potencial de desenvolvimento econômico (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Ao fornecer suporte financeiro para esses grupos, o estado pode incentivar a geração de empregos e promover a autossuficiência econômica nas regiões menos desenvolvidas.

A sustentabilidade ambiental é outro fator crítico para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, especialmente devido à grande biodiversidade e às áreas de preservação ambiental no estado. Segundo os autores, o desenvolvimento sustentável é indispensável para Mato Grosso do Sul, pois a preservação dos recursos naturais é fundamental para a economia local e para o bem-estar das futuras gerações (Piacenti et al., 2016). O desenvolvimento econômico deve ser alinhado com práticas sustentáveis, de modo que o crescimento não prejudique os recursos naturais. Esse desafio é ainda mais relevante em áreas onde a agricultura e a pecuária são atividades econômicas predominantes, exigindo políticas que promovam uma produção responsável e ecologicamente consciente.

As estratégias de desenvolvimento regional devem, portanto, focar na integração das regiões menos desenvolvidas à economia estadual por meio de políticas inclusivas e de incentivo à inovação. Segundo os autores, a integração das regiões periféricas é essencial para reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equilibrado em Mato Grosso do Sul (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Ao implementar políticas que fortaleçam o empreendedorismo local e incentivem a inovação, o estado pode criar oportunidades

econômicas nas áreas menos favorecidas, reduzindo a dependência dos centros mais desenvolvidos e promovendo uma distribuição mais justa dos recursos e benefícios econômicos.

Assim, os desafios para o desenvolvimento regional são variados e exigem uma abordagem integrada e multifacetada. Logo há a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais e a inclusão social, promovendo um futuro mais próspero e sustentável para todas as regiões do estado, diminuindo assim a desigualdade.

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma metodologia de revisão bibliográfica, cujo objetivo é consolidar e analisar estudos e teorias relevantes sobre o desenvolvimento regional e humano, com foco no contexto de Mato Grosso do Sul. A revisão bibliográfica permite construir uma base teórica sólida ao reunir e discutir diferentes abordagens e resultados apresentados na literatura acadêmica. De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica é essencial para identificar lacunas e tendências em um campo de estudo, proporcionando uma compreensão mais ampla do tema e das possíveis intervenções políticas e sociais.

A coleta de dados foi realizada a partir de uma seleção de artigos em bases de dados como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de artigos acadêmicos, livros, teses e documentos oficiais sobre desenvolvimento regional, teorias de crescimento endógeno e de causação circular, além de indicadores socioeconômicos aplicados a regiões específicas, como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

As fontes foram escolhidas considerando a atualidade das publicações, de 2010 a 2022, e a relevância dos autores no campo do desenvolvimento regional, buscando fornecer uma visão abrangente e atualizada sobre o tema. Para garantir a qualidade da revisão, foram priorizados textos acadêmicos publicados em periódicos de reconhecimento científico e obras de referência na área. No Quadro 1, são sintetizados os trabalhos coletados para a revisão bibliográfica.

Quadro 1: Trabalhos Selecionados para a Revisão Bibliográfica

Autor(es)	Título do Trabalho Científico	Síntese do Trabalho
Corrêa; Silveira e Kist (2019)	Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: Notas para Debate	Desenvolveram uma discussão sobre o conceito teórico de desenvolvimento regional, mostrando a jornada controversa para a construção do seu significado.
De Lima (2021)	Desenvolvimento regional sustentável	Desenvolveu o conceito de desenvolvimento regional sustentável, trazendo sua relação com os valores locais e a perspectiva territorial.
Missio e Rivas (2019)	Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul	Mostraram que os ciclos externos influenciam o desenvolvimento do estado, tendo características de uma inclusão periférica apontando as particularidades locais.
Piacenti; De Lima e Eberhardt (2016)	Economia e Desenvolvimento Regional	Apresentaram a relação entre o desenvolvimento e a economia, associando as regiões e territórios ao desenvolvimento socioeconômico.
Renzi; De Lima e Piacenti (2021)	Apontamentos sobre o Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul	Analisaram a evolução do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) à luz da teoria da causação circular e acumulativa e da teoria do crescimento endógeno
Theis (2019)	O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira.	Apresenta o conceito de desenvolvimento regional correspondente com a realidade social brasileira, utilizando as características socioculturais como guia.

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados coletados seguiu a técnica de análise de conteúdo, onde as informações extraídas das fontes bibliográficas foram categorizadas conforme os tópicos abordados: (1) teorias de desenvolvimento regional, (2) indicadores de desenvolvimento humano e (3) desafios e estratégias para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Idealizada por Bardin (2011), a etapa de tratamento e interpretação na análise de conteúdo permite identificar as ideias principais de cada obra e confrontá-las com os objetivos do trabalho, o que possibilita uma comparação crítica entre diferentes perspectivas e abordagens teóricas.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, não houve coleta de dados primários ou experimentação direta. A abordagem se concentrou exclusivamente na identificação e interpretação de conceitos, modelos e resultados empíricos discutidos na literatura. Essa escolha metodológica é justificada pelo propósito do trabalho, que visa esclarecer a dinâmica do desenvolvimento regional e humano em Mato Grosso do Sul, selecionando municípios de maior e menor porte, por meio da literatura disponível, fornecendo uma base para futuras pesquisas e intervenções políticas.

A revisão bibliográfica oferece, assim, um panorama teórico para compreender os desafios e as estratégias de desenvolvimento regional e humano em Mato Grosso do Sul, consolidando conhecimentos teóricos e dados secundários essenciais para a compreensão dos fenômenos estudados. A análise dos textos selecionados, combinada com a organização sistemática das informações, permite que o trabalho ofereça uma contribuição teórica para o campo, ao mesmo tempo que aponta lacunas e sugestões para pesquisas futuras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avaliação dos indicadores socioeconômicos de Mato Grosso do Sul

A análise dos indicadores socioeconômicos de Mato Grosso do Sul revela uma série de disparidades entre os municípios, evidenciando a necessidade de políticas públicas específicas para reduzir essas desigualdades e promover um desenvolvimento mais inclusivo. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são amplamente utilizados para avaliar o nível de desenvolvimento das regiões, fornecendo uma visão abrangente das condições de vida, educação e saúde da população. De acordo com Renzi, De Lima e Piacenti (2021), o IFDM permite identificar as áreas de maior vulnerabilidade em termos de saúde, educação e emprego, oferecendo uma base para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Esses indicadores mostram que Mato Grosso do Sul possui disparidades significativas entre as regiões, especialmente quando comparamos as áreas urbanas com as rurais.

Em Mato Grosso do Sul, os municípios de maior porte, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, apresentam índices mais elevados de IFDM e IDH em comparação com municípios de menor porte. Esse fato é evidenciado na Tabela 1, que compara o IFDM e o IDH de alguns municípios do estado.

Tabela 1: Comparação dos Indicadores Socioeconômicos (IFDM e IDH) em Municípios Selecionados de Mato Grosso do Sul

Município	IDH (2010)	Ranking Estadual IDH (2010)	Ranking Nacional IDH (2010)	IFDM (2018)	Ranking Estadual IFDM (2018)	Ranking Nacional IFDM (2018)
Campo Grande	0,784	1°	100°	0,8145	4°	299°
Dourados	0,747	3°	599°	0,8101	5°	340°
Três Lagoas	0,744	4°	667°	0,8210	2°	234°
Ponta Porã	0,701	24°	1.866°	0,6686	54°	2.853°
Corumbá	0,700	26°	1.904°	0,6537	60°	3.207°
Aquidauana	0,688	35°	2.224°	0,6423	63°	3.442°
Rio Verde	0,673	45°	2.598°	0,6985	34°	2.155°
Dois Irmãos do Buriti	0,639	69°	3.312°	0,6589	59°	3.091°

Fonte: Adaptado de FIRJAN (2018) e IBGE (2010).

A Tabela 1 mostra que municípios como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas têm os maiores valores de IFDM e IDH, enquanto municípios menores e com menos infraestrutura,

como Rio Verde e Dois Irmãos do Buriti, apresentam índices significativamente mais baixos. Esses números confirmam a relação entre o tamanho do município e os indicadores de desenvolvimento humano e econômico, uma vez que as regiões mais populosas e com melhor infraestrutura tendem a apresentar melhores condições de vida para a população. A diferença nos indicadores reflete a concentração de recursos e serviços nas áreas mais desenvolvidas, enquanto as regiões periféricas permanecem em desvantagem (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Essas diferenças entre os municípios evidenciam que as políticas de desenvolvimento devem ser direcionadas às áreas que apresentam os piores indicadores, para que todos os municípios possam se desenvolver de forma mais equilibrada e sustentável.

Outro ponto relevante é a disparidade na educação, que também é um fator crítico para o desenvolvimento humano. Em municípios maiores, como Campo Grande e Dourados, há uma oferta mais ampla de escolas e maior acesso ao ensino superior, enquanto nos municípios menores essa oferta é mais limitada. Segundo Piacenti et al. (2016), a educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, pois proporciona oportunidades de mobilidade social e cria uma base sólida para o desenvolvimento econômico. A falta de acesso à educação em áreas menos desenvolvidas reduz as oportunidades de emprego qualificado e contribui para a perpetuação da desigualdade entre os municípios.

Além da educação, a saúde também é um indicador fundamental para avaliar o desenvolvimento humano e socioeconômico. Municípios com maiores índices de desenvolvimento, como Campo Grande, possuem uma melhor estrutura de saúde pública e um acesso mais amplo aos serviços médicos, o que contribui para melhores condições de vida da população. De acordo com Silva et al. (2020), a saúde é um indicador crucial do desenvolvimento humano, pois reflete a qualidade de vida e o bem-estar da população. No entanto, em regiões periféricas e com menor densidade populacional, o acesso a serviços de saúde é limitado, o que afeta diretamente a qualidade de vida e os índices de desenvolvimento humano.

Outro aspecto relevante é a desigualdade de renda, que é medida pelo índice de Gini. O índice de Gini mostra que a distribuição de renda em Mato Grosso do Sul é desigual, com uma concentração maior de renda nas regiões mais desenvolvidas. A desigualdade de renda limita o acesso a oportunidades e serviços, contribuindo para a manutenção do ciclo de pobreza nas regiões menos favorecidas (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Em municípios como Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana, a falta de oportunidades econômicas e de uma distribuição de renda equitativa faz com que esses locais permaneçam em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim, a infraestrutura é um componente essencial para o desenvolvimento regional, pois impacta diretamente o acesso da população a serviços básicos e oportunidades econômicas. Nos municípios com maior infraestrutura, como Campo Grande, a oferta de empregos é maior e o acesso a serviços é facilitado, o que impulsiona o desenvolvimento humano e socioeconômico. Em contrapartida, em regiões com menor infraestrutura, a população enfrenta dificuldades para acessar empregos, educação e saúde. A falta de infraestrutura em municípios menores limita o desenvolvimento local e perpetua a dependência dessas regiões em relação aos centros mais desenvolvidos (Piacenti et al., 2016). Assim, é crucial que as políticas públicas se concentrem na melhoria da infraestrutura em municípios menores para reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento equilibrado.

Esses indicadores reforçam a importância de uma abordagem integrada no desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul. A análise dos índices de IFDM, IDH e Gini, combinada com os fatores de educação, saúde e infraestrutura, demonstra que as políticas públicas devem ser direcionadas de maneira diferenciada para atender as necessidades específicas de cada município. Dessa forma, será possível promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, que atenda às demandas tanto das áreas mais desenvolvidas quanto das regiões menos favorecidas.

4.2 Investimentos públicos para o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul

Os objetivos das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul sempre buscam reduzir as disparidades socioeconômicas entre os municípios. Contudo, apesar dos esforços, as políticas implementadas até o momento têm encontrado desafios em termos de inclusão social e sustentabilidade, com efeitos variáveis dependendo das características específicas de cada região. Conforme Renzi, Lima e Piacenti (2021), as políticas de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul refletem avanços pontuais, mas ainda enfrentam limitações significativas em relação à inclusão das áreas periféricas e rurais. Essas limitações, como o acesso desigual ao sistema de saúde e educação em áreas periféricas e rurais, refletem-se em indicadores socioeconômicos desiguais entre as regiões, destacando a necessidade de adaptações nas políticas públicas.

A disparidade nos indicadores de desenvolvimento pode ser observada nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, que apresentam diferenças significativas entre os municípios de maior e menor porte, como por exemplo o IFDM de saúde em Campo Grande ser 0,8978 e de Dois Irmão de Buriti 0,7408, estando nas posições 9º e 60º no ranking estadual

respectivamente (FIRJAN, 2018).

Conforme Piacenti et al. (2016) as regiões com maior concentração de investimentos tendem a apresentar melhores índices de desenvolvimento, enquanto as áreas com menos acesso a recursos permanecem em desvantagem. Essas disparidades indicam que as políticas públicas atuais, ao focarem mais nas regiões centrais, acabam reforçando o ciclo de desigualdade ao não atingir as áreas menos desenvolvidas de forma eficaz.

Segundo Renzi et al. (2021), a centralização de investimentos em municípios maiores limita o alcance das políticas públicas e impede que as regiões periféricas e rurais experimentem um desenvolvimento adequado. A desigualdade de investimentos é um fator-chave que as políticas públicas precisam reverter para alcançar um desenvolvimento mais homogêneo e inclusivo.

Além das limitações no acesso a recursos, a estrutura das políticas públicas implementadas em Mato Grosso do Sul demonstra uma falta de adaptação às particularidades locais. Muitos municípios enfrentam desafios específicos que exigem uma abordagem diferenciada para que as políticas de desenvolvimento sejam realmente eficazes. Como observado, a adaptação das políticas às necessidades locais é fundamental para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento regional (Piacenti et al., 2016). No entanto, a maioria das políticas é aplicada de forma padronizada, sem considerar as demandas específicas de cada município, o que limita o potencial de desenvolvimento das áreas menos favorecidas.

A infraestrutura também é um fator determinante para o desenvolvimento regional, e a falta dela afeta diretamente a capacidade de crescimento econômico e social das regiões mais distantes dos centros urbanos. Segundo Silva et al. (2020), a infraestrutura precária em áreas rurais e regiões de difícil acesso restringe o escoamento de produtos e dificulta o acesso a serviços essenciais, agravando a situação de desigualdade. Em Mato Grosso do Sul, a carência de estradas pavimentadas e a dificuldade de transporte entre as regiões mais isoladas representam barreiras significativas ao desenvolvimento. A melhoria da infraestrutura, portanto, deve ser uma prioridade das políticas públicas para facilitar o acesso ao mercado e ampliar as oportunidades econômicas nas áreas rurais e periféricas.

Além da infraestrutura, o acesso ao crédito e ao financiamento é uma questão crucial para o fortalecimento das economias locais e para a promoção do empreendedorismo em regiões menos favorecidas. O crédito representa um recurso essencial para pequenos produtores e empreendedores, especialmente em áreas rurais, onde as oportunidades econômicas são limitadas. A dificuldade de acesso ao crédito restringe as oportunidades de crescimento econômico em regiões periféricas, limitando o desenvolvimento de novos negócios e a geração

de empregos (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Para que o desenvolvimento regional seja inclusivo, as políticas públicas precisam ampliar o acesso ao crédito e oferecer suporte técnico para pequenos empreendedores, facilitando a criação de negócios sustentáveis e o fortalecimento da economia local.

Outro aspecto relevante no contexto das políticas públicas é a inclusão das populações indígenas e tradicionais nos processos de desenvolvimento. Em Mato Grosso do Sul, há uma grande diversidade cultural e étnica, e a inclusão dessas comunidades nas políticas de desenvolvimento é essencial para garantir um crescimento equilibrado e respeitar a diversidade cultural. As políticas de desenvolvimento devem incluir as comunidades indígenas e tradicionais, garantindo que elas tenham acesso a oportunidades sem comprometer seus modos de vida (Piacenti et al., 2016). A inclusão dessas populações não só contribui para a justiça social, mas também para o desenvolvimento sustentável, uma vez que essas comunidades têm práticas tradicionais de manejo ambiental que podem ser integradas às políticas de preservação.

A sustentabilidade ambiental é um desafio e uma necessidade urgente para o desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul, especialmente considerando a presença de áreas de grande biodiversidade. A agricultura e a pecuária, que são atividades econômicas predominantes no estado, precisam ser adaptadas a práticas sustentáveis para que o desenvolvimento não cause degradação ambiental. Conforme os autores, a sustentabilidade ambiental é indispensável para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, pois a preservação dos recursos naturais é fundamental para a economia local e o bem-estar das futuras gerações (Silva et al., 2020). O desenvolvimento regional precisa estar alinhado a uma visão de longo prazo que equilibre crescimento econômico e preservação ambiental.

A análise dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul revela que, embora haja avanços em algumas áreas, persistem desafios significativos relacionados à inclusão, à adaptação às necessidades locais e à sustentabilidade. A implementação de políticas públicas adaptadas às particularidades locais e que promovam a sustentabilidade e a inclusão são fundamentais para o desenvolvimento equilibrado de Mato Grosso do Sul (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Para alcançar um desenvolvimento regional mais eficaz e equitativo, é essencial que as políticas públicas contemplem as especificidades de cada município e promovam uma integração das áreas rurais e urbanas.

4.3 Propostas de estratégias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo

Para que Mato Grosso do Sul alcance um desenvolvimento sustentável e inclusivo, é

necessário adotar estratégias que atendam às demandas específicas de cada região, promovendo tanto o crescimento econômico quanto a justiça social. A diversidade territorial do estado, que abrange regiões urbanas, rurais e áreas de preservação, exige uma abordagem multifacetada que integre políticas de desenvolvimento, preservação ambiental e inclusão social.

A capacitação profissional e o investimento em educação são estratégias fundamentais para o desenvolvimento inclusivo. Em regiões onde a educação e a formação técnica são limitadas, a população enfrenta barreiras para acessar empregos qualificados e oportunidades de crescimento. A educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, pois permite que a população participe de forma ativa no mercado de trabalho e contribua para o crescimento econômico local (Piacenti et al., 2016). Investir na qualificação profissional em áreas com baixos índices educacionais, como Dois Irmãos de Buriti e Corumbá, pode aumentar a mobilidade social e proporcionar aos moradores locais oportunidades de empregos mais qualificados, além de reduzir a necessidade de migração para grandes centros urbanos.

A promoção do empreendedorismo também é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento local e para a geração de empregos em regiões com menos oportunidades econômicas. Incentivar pequenas empresas e empreendimentos rurais pode reduzir a dependência dessas áreas em relação às grandes cidades e fortalecer a economia local. Segundo os autores, o empreendedorismo é uma alternativa sustentável para regiões menos desenvolvidas, pois incentiva a inovação e utiliza os recursos locais de maneira eficiente (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021).

Programas de incentivo financeiro e apoio técnico para pequenos empreendedores podem fomentar a criação de negócios sustentáveis que respeitem a cultura e os recursos naturais da região. O Quadro 2 resume as principais estratégias propostas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Mato Grosso do Sul, destacando os objetivos e os grupos-alvo de cada iniciativa.

Quadro 2: Estratégias Propostas para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo em Mato Grosso do Sul

Estratégia	⇒	Objetivo	⇒	Público-Alvo
Capacitação Profissional		Aumentar a qualificação e a empregabilidade		População jovem e adulta em áreas rurais
Fomento ao Empreendedorismo		Estimular a criação de negócios locais		Pequenos empreendedores rurais e urbanos

Infraestrutura Sustentável	Melhorar o acesso a serviços essenciais	Municípios de baixa infraestrutura
Inclusão das Comunidades Tradicionais	Preservar cultura e integrar comunidades no desenvolvimento	Populações indígenas e tradicionais
Incentivo à Agricultura Sustentável	Reduzir o impacto ambiental e aumentar a produtividade	Produtores rurais

Fonte: Propostas baseadas em estudos de Renzi, De Lima e Piacenti (2021).

Essas estratégias buscam não apenas impulsionar o crescimento econômico, mas também promover a inclusão social e a preservação ambiental, elementos fundamentais para um desenvolvimento equilibrado. O desenvolvimento sustentável requer que as políticas considerem as particularidades regionais e promovam a inclusão de populações vulneráveis (Piacenti et al., 2016). Dessa forma, a criação de oportunidades para todos os segmentos da sociedade é essencial para um desenvolvimento que seja duradouro e justo.

A inclusão das comunidades indígenas e tradicionais nos processos de desenvolvimento é uma questão central em Mato Grosso do Sul, onde existe uma grande diversidade cultural. Essas populações desempenham um papel importante na preservação ambiental e têm um conhecimento valioso sobre o manejo sustentável dos recursos naturais. Incluir as comunidades tradicionais nas políticas de desenvolvimento é crucial para garantir a sustentabilidade e respeitar a diversidade cultural do estado (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). Políticas que incentivem a participação dessas comunidades no planejamento regional contribuem para um desenvolvimento mais justo e respeitoso, integrando práticas tradicionais de sustentabilidade aos projetos econômicos.

A infraestrutura sustentável é outra área prioritária para o desenvolvimento regional, especialmente em municípios que apresentam condições precárias de acesso a serviços básicos. O investimento em infraestrutura sustentável, como estradas e redes de saneamento, pode melhorar a qualidade de vida da população e facilitar o acesso a mercados e serviços essenciais. A infraestrutura é essencial para o desenvolvimento, pois garante que a população tenha acesso à saúde, educação e oportunidades de emprego (Silva et al., 2020). Nos municípios menores e rurais de Mato Grosso do Sul, a infraestrutura sustentável não só facilita a integração das áreas periféricas, mas também contribui para a preservação ambiental ao reduzir o impacto ecológico das atividades econômicas.

Além disso, a agricultura sustentável é uma estratégia essencial para garantir que o desenvolvimento econômico não comprometa os recursos naturais de Mato Grosso do Sul. A agricultura e a pecuária são atividades predominantes no estado, e a adoção de práticas

sustentáveis pode contribuir para a conservação do solo e da água, além de garantir a produtividade a longo prazo. A agricultura sustentável é fundamental para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, pois permite que os recursos naturais sejam preservados enquanto a economia cresce (Piacenti et al., 2016). Incentivar os agricultores a adotarem técnicas de produção sustentáveis, como o manejo integrado de pragas e a rotação de culturas, pode diminuir o impacto ambiental e fortalecer a economia rural.

A criação de infraestrutura de apoio ao crédito e ao financiamento é igualmente necessária para promover o desenvolvimento inclusivo em Mato Grosso do Sul. O crédito é um recurso essencial para pequenos empreendedores e agricultores, especialmente nas regiões periféricas, onde as oportunidades econômicas são mais limitadas. O acesso ao crédito permite que pequenos empresários e produtores rurais invistam em suas atividades, aumentando a produtividade e criando novos empregos (Renzi; De Lima; Piacenti, 2021). O fortalecimento do apoio financeiro para esses grupos é uma estratégia que visa reduzir as desigualdades regionais e promover a autossuficiência econômica, ajudando a transformar as áreas rurais em polos de desenvolvimento.

As estratégias propostas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Mato Grosso do Sul abrangem uma série de ações que buscam atender às necessidades específicas de cada região. A capacitação profissional, o incentivo ao empreendedorismo, a inclusão das comunidades tradicionais, a infraestrutura sustentável e a agricultura sustentável formam uma abordagem integrada que pode promover o crescimento econômico sem comprometer os recursos naturais. Um desenvolvimento equilibrado exige políticas adaptadas às características locais e que considerem as demandas de todos os grupos sociais (Piacenti et al., 2016). A implementação dessas estratégias pode transformar o cenário socioeconômico de Mato Grosso do Sul, garantindo um futuro mais próspero e justo para toda a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o desenvolvimento regional e humano no contexto de Mato Grosso do Sul, avaliando, por meio de referencial bibliográfico, os indicadores socioeconômicos, as políticas públicas e as estratégias para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Com base nos estudos levantados, as desigualdades reforçam a necessidade de políticas específicas e de uma distribuição mais equitativa de recursos para garantir que todos os municípios tenham oportunidades de desenvolvimento.

A concentração de investimentos nas regiões centrais evidencia a importância de se adotar uma abordagem mais descentralizada e adaptada às necessidades das áreas periféricas. Investimentos em infraestrutura, acesso ao crédito e suporte ao empreendedorismo são fundamentais para promover um desenvolvimento mais equitativo, capaz de reduzir as disparidades entre os municípios.

Diante dos desafios observados, foram propostas, com base em Piacenti, Renzi e De Lima, estratégias que envolvem capacitação profissional, fortalecimento do empreendedorismo local, preservação da cultura e inclusão das comunidades indígenas e tradicionais, além de práticas de agricultura sustentável e melhorias na infraestrutura. Essas estratégias têm como objetivo construir uma base sólida para o crescimento econômico sustentável, promovendo a inclusão social e a preservação dos recursos naturais.

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso do Sul exige uma abordagem multifacetada que valorize a diversidade regional e as particularidades socioeconômicas de cada município. As ações sugeridas buscam equilibrar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, com vistas a promover um desenvolvimento humano mais justo e inclusivo. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento das regiões menos desenvolvidas do estado, proporcionando um futuro mais equitativo e sustentável para a população sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: Notas para Debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 12 out. 2024.

AGUIAR, E. S. DE et al. Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado e indicadores socioeconômicos na Amazônia brasileira. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e771997302, 6 set. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7302>. Acesso em: 31 out. 2024.

DE LIMA, J. F. Desenvolvimento regional sustentável. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 11, p. 132–143, 2021. DOI: 10.24302/drd.v11.3454. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3454>. Acesso em: 23 set. 2024.

DOMINGUES, Alex Torres. A interiorização da EAD nas instituições públicas de educação no estado de Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas. **Horizontes - Revista de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 91–106, 2019. DOI: 10.30612/hre.v7i14.10855. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/10855>. Acesso em: 18 set. 2024.

FRANKE, L. L. M.; VISENTINI, M. S.; SÖTHE, A.; SANTOS, M. dos. A transparência pública nos municípios integrantes do COREDE/Missões-RS e sua relação com os indicadores socioeconômicos. **Práticas de Administração Pública**, v. 4, n. 1, p. 40-62, 2020. DOI: 10.5902/2526629242806. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/42806>. Acesso em: 10 out. 2024.

GARCIA, L. R. S.; RONCALLI, A. G. Determinantes socioeconômicos e de saúde da desnutrição infantil: uma análise da distribuição espacial. **Saúde e Pesquisa**, v. 13, n. 3, p. 595–606, 1 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7739>. Acesso em 05 set. 2024.

GIL, A. A. C. **Como Elaborar Projetos De pesquisa**. [s.l.] Éditeur: São Paulo: Atlas, 2008.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec-Brasil (1960-2010). **Informe Gepec**, v. 23, p. 191-209, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22753/14371>. Acesso em 05 set. 2024.

MISSIO, F. J.; RIVAS, R. M. R. Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Estud. Econ. (São Paulo)**, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41614936fmr>. Acesso em 24 set. 2024.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando Algumas Teorias do Desenvolvimento Regional Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 18 out. 2024.

PELLIN, V. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 63–78, 2019. DOI: 10.20435/inter.v20i1.1792. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1792>. Acesso em: 07 out. 2024.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DA CRUZ, José Luis Vianna. Os Institutos Federais e o Desenvolvimento Regional: Interface Possível. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 1–18, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7992. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>. Acesso em: 02 nov. 2024.

PIACENTI, C. A.; DE LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. C. Economia e desenvolvimento regional. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 204 p.

RENZI, A.; LIMA, J. F. de; PIACENTI, C. A. Apontamentos sobre o Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 349–368, 2021. DOI: 10.20435/inter.v22i2.2843. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.2843>. Acesso em: 01 set. 2024.

SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 921–950, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5248>. Acesso em 15 set. 2024.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Estimativas de População**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em 18 nov. 2024.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 3 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>. Acesso em 07 out. 2024.